

Caracterização dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas recomendados pela capes

RESUMO

Regina Cardoso Ferreira

Rc97227@gmail.com

Faculdade Processus (FP), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Welandro Damasceno Ramalho

welandro.ramalho@capes.gov.br

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Carlos Andre de Melo Alves

carlosandre@unb.br

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

A literatura sugere que o campo das políticas públicas é multidisciplinar, abrangendo, inclusive, a gestão dessas políticas. O objetivo deste estudo é investigar as características dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas, em funcionamento no País e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Efetua-se pesquisa descritiva, de natureza bibliográfica e documental. A partir da Plataforma Sucupira da Capes, selecionaram-se dados de 39 programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de buscas através do termo ‘Políticas Públicas’ no título dos programas. Trataram-se dados por meio de estatística descritiva e de nuvem de palavras. Os principais resultados indicaram 35,90% dos programas no Nordeste e 79,62% deles vinculados, cada, a uma instituição. Nos títulos dos programas predominaram os termos ‘gestão’ e ‘desenvolvimento’. Constatou-se que 56,41% dos programas são acadêmicos, prevalecendo cursos de mestrado. Apurou-se *ranking* 3 da Capes para 66,67% dos mestrados acadêmicos. O estudo é relevante e contribui para reflexões de interessados sobre programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas. Em adição, demonstra vínculo dos programas à gestão e a outras áreas de conhecimento, indicando caráter multidisciplinar do campo de políticas públicas no País.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gestão. Capes.

INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, fundação do Ministério da Educação – MEC, responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, nasceu da necessidade de qualificação de pessoal e ao longo de sua trajetória aperfeiçoou processos para melhoria da qualidade da educação. Atualmente os seus dados constituem uma das mais importantes bases de ensino superior do mundo (VARGAS, 2017).

A avaliação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* pela Capes como recomendado assegura-lhe prestígio e qualidade, considerando que o modelo de avaliação gerenciado por ela recebe a aprovação do MEC, por meio do Conselho Nacional de Educação - CNE. A avaliação tem sido balizadora quanto aos resultados obtidos pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG no que se refere à consolidação do quadro atual, bem como na construção das mudanças exigidas pela sociedade e avanços do conhecimento (CAPES, 2016).

Os resultados da avaliação da pós-graduação nacional que a Capes realiza serve de base para avaliar a qualidade dos programas de pós-graduação em diversas áreas, inclusive para o dimensionamento das ações a serem tomadas quanto fomento, bolsas de estudos e demais apoios (SILVA, 2015). Para Almeida (2017), os cursos vinculados aos programas têm como finalidade a formação de recursos humanos qualificados que irão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico e cultural do país.

Uma forma usada para disseminar as informações sobre os programas de pós-graduação é por meio da Plataforma Sucupira, inclusive aqueles relacionados à temática das políticas públicas. Na perspectiva da gestão das políticas públicas, os pesquisadores podem focar o que o governo faz (ação) ou deixa de fazer, como passível de ser analisado academicamente (SOUZA, 2006).

Além da gestão, o campo de políticas públicas tem natureza multidisciplinar (PIRES et al., 2014) e abrange, por exemplo, Sociologia, Ciência Política, Economia, Psicologia Social, Antropologia, Filosofia, Desenvolvimento Econômico e Direito. Neste sentido, a existência de informações públicas, disponibilizadas pela Capes por meio da Plataforma Sucupira, pode possibilitar o estudo detalhado de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas em funcionamento no País.

Diante do exposto, o problema de pesquisa é o seguinte: quais são as características dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas, em funcionamento no País e com recomendação da Capes? Dessa forma, o objetivo deste estudo é investigar as características dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas, em funcionamento no País e com recomendação da Capes.

Realiza-se uma pesquisa descritiva, de natureza bibliográfica e documental. A partir da Plataforma Sucupira, selecionaram-se dados secundários de 39 programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em situação de funcionamento, por meio de buscas através do termo 'Políticas Públicas' no título dos referidos programas. O tratamento dos dados empregou a estatística

descritiva e a técnica de elaboração de nuvem de palavras para apresentar os resultados na forma de tabelas e ilustrações.

Justifica-se realizar esta pesquisa, pois o tema deste estudo é relevante e os seus resultados podem contribuir para que pesquisadores, estudantes, profissionais da área educacional, universidades, coordenadores de cursos de pós-graduação, a própria Capes, e outras partes interessadas tenham acesso ao levantamento analítico de informações sobre programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em funcionamento no País. Em adição, os resultados do estudo podem contribuir para reforçar a existência ou não de vínculo dos programas à gestão, bem como a outras áreas de conhecimento, a exemplo daquelas citadas no 5º parágrafo, contribuindo para o estudo do campo de políticas públicas no País.

O artigo estrutura-se em cinco seções. A primeira é a introdução, que apresenta o tema em estudo. Na segunda seção foi desenvolvida a fundamentação teórica, que apresenta abordagens a respeito de Políticas Públicas e uma descrição do processo evolutivo da Capes e da avaliação de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Na terceira seção demonstra-se a metodologia da pesquisa. Na quarta seção apresentam-se os resultados e na quinta seção a exibe-se a conclusão da pesquisa. As referências constam ao final do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

POLÍTICAS PÚBLICAS

Não existe apenas uma definição para políticas públicas. O termo abrange várias abordagens conceituais. De acordo com Dias e Matos (2012, p.12), “(...) são as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana.”.

A política pública pode ser estudada como uma subárea da ciência política. A introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo inicia durante a guerra fria com a valorização da tecnocracia. O campo de políticas públicas, no País, teve notoriedade no ciclo desenvolvimentista de 1930 a 1964.

(...) vários fatores contribuíram para a maior visibilidade dessa área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gastos que passaram a dominar agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas *keynesianas* do pós-guerra por políticas restritivas de gasto (...). O terceiro fator, mais diretamente relacionados aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizada, é que na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes

de impulsionar o desenvolvimento e de promover a inclusão social de grande parte da população (SOUZA, 2006, p.20, 21).

O estudo das políticas públicas é um saber multidisciplinar (PIRES et al., 2014), abrangendo, além da administração, a sociologia, a ciência política, a economia, a psicologia social, a antropologia e a filosofia, entre outras áreas. Pressupõem a ideia de que: o que o que o governo faz (ação) ou deixa de fazer (inação) é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006).

Política Pública é vista de várias formas. Meio de solucionar problema; embate em torno de ideias e interesses; resultado da dinâmica do jogo do poder, dentre outras. Partindo do princípio que o dever do poder público é de antecipar necessidades ao planejar e implementar ações de maneira que permita criar condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico, a política pública está voltada para a garantia dos direitos sociais. (CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010).

Política pública é uma totalidade organizada, um ciclo deliberativo que corresponde a uma sequência de elementos do processo político-administrativo que após entrarem na agenda são formuladas, desdobradas em planos, programas e projetos que são implementadas e passam a ser acompanhadas para avaliação. A concepção de ciclo de políticas públicas que prevalece até os dias atuais é o modelo aperfeiçoado por Howlett e Ramesh: montagem de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação (RUA; ROMANINI, 2013). Na sequência, o Quadro 1 apresenta o detalhamento dos ciclos de políticas públicas.

Quadro 1 – Ciclos de políticas públicas

Ciclo	Descrição do ciclo
Agenda	Processo pelo qual as demandas de vários grupos da população são traduzidas em itens que os governos consideram para a ação. Essa definição está intimamente ligada com a ideia de que a criação de políticas públicas é orientada principalmente pelas ações de atores não governamentais, às quais os gestores do governo reagem.
Formulação	Refere-se ao processo de gerar um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Nessa fase do processo, uma gama de potenciais escolhas de políticas é identificada e uma avaliação preliminar da sua viabilidade é oferecida.
Tomada de decisão	É a fase de criação de políticas públicas que envolve a seleção de um curso de ação a partir de uma gama de opções, incluindo a de manter o status quo. Não é sinônimo de todo o processo de criação de políticas, embora por vezes seja discutida como se fosse. A tomada de decisão é distinguível da definição de agenda e da formulação de políticas, por exemplo, tanto nas principais características das tarefas, como no intervalo mais estreito dos principais atores envolvidos.
Implementação	Fase em que o planejamento e as escolhas são transformados em atos é a concretização das ações, com o direcionamento de

	<p>recursos humanos financeiros materiais e tecnológicos para a realização da política. As diretrizes precisam ser claras para que as definições de resultados sejam exatas aumentando a probabilidade de êxito. A implementação ocorre na fase do processo de políticas públicas em que as decisões de política pública se traduzem em ações. Ela é considerada uma das etapas mais difíceis e críticas no processo de políticas para os gestores públicos – a fase em que qualquer deficiência na concepção das políticas ou quaisquer vulnerabilidades relacionadas ao ambiente externo se tornarão visíveis.</p>
Avaliação	<p>A avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática. Os resultados e as recomendações da avaliação são então enviados de volta para novas rodadas de criação de políticas, e podem levar ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou, raramente, à sua completa reforma ou revogação.</p>

Fonte: WU et al. (2014).

As primeiras atividades sistemáticas de mobilização de conhecimento, de base científica, para subsidiar a formulação de políticas públicas no Brasil, ocorreram a partir de 1930 com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (FARAH, 2016).

Atualmente, o cenário com organizações públicas comprometidas em oferecer serviços de qualidade está mais perto da realidade, entretanto uma administração pública eficiente envolve diretamente a qualificação dos profissionais envolvidos e a busca por formação de quadros técnicos capazes de atuar nos mais diversos setores estatais além de formular e implementar políticas públicas. A proliferação de cursos e de produção sobre políticas públicas, a partir dos anos 2000, indica a institucionalização de um novo campo o ‘campo de públicas’- a partir de um processo ainda em curso de delimitação de um objeto próprio (gestão e política pública) articulação entre ideias e um suporte material, e articulação de atores em torno de uma agenda própria e de um discurso comum (FARAH, 2016). Emergem, ainda, estudos relacionando a temática das políticas públicas ao desenvolvimento (SILVA JÚNIOR, 2016).

Por fim, a área de políticas públicas tem sofrido inúmeras transformações nas últimas décadas principalmente em relação a formação de perfil técnico. Multiplicaram-se as dissertações e teses relacionadas ao tema; disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação. Criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para a área; instituíram-se agências de fomento à pesquisa, assim como linhas de financiamento para a área (TREVISAN; BELLEN, 2008). No tocante a programas de pós-graduação, na sequência, serão detalhados aspectos relacionados ao tema, bem como a atuação da Capes na avaliação de programas de pós-graduação stricto sensu.

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E A ATUAÇÃO DA CAPES

Conforme citado na introdução, a Capes é uma fundação vinculada ao MEC. Suas atividades podem ser agregadas nas seguintes linhas de ação: (1) avaliação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); (2) acesso e divulgação da produção científica; (3) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (4) promoção da cooperação científica internacional e (5) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2017b). Em relação à primeira linha de ação, a Capes atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todo o país. É também a entidade responsável em Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, pelo descredenciamento dos cursos que apresentam notas baixas na sua avaliação (CAPES, 2010).

Criada em julho de 1951 pelo Decreto nº 29.741, inicialmente em forma de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, objetivava assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades de pessoal dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento do país. Na referida época, o Brasil estava na fase de intensa industrialização e a complexidade da administração pública carecia de urgente formação de especialistas e pesquisadores de diversas áreas. (CAPES, 2010).

Regulamentada a pós-graduação e, posteriormente, implantada a reforma universitária, cursos e programas começam a instalar-se em diferentes regiões do País, ao mesmo tempo em que o Estado foi ampliando e aperfeiçoando seus instrumentos de estímulos e controles. O Quadro 2 apresenta a evolução da avaliação da Capes.

O modelo atual de pós-graduação e sua avaliação são definidos no Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020. Trata-se do sexto plano criado pela Capes, elencando diretrizes e metas para pós-graduação e pesquisa no País. O PNPG segmenta-se em cinco eixos: 1- a expansão do SNPG, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 - a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 - o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos; 4 - a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; e 5 - o apoio a educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino (CAPES, 2010).

Quadro 2 – Evolução da avaliação feita pela Capes

Período	Descrições das Mudanças no Período
1966	Foram ampliados os objetivos da Capes e definida sua principal missão: a qualificação do corpo docente e a formulação de nova política para pós-graduação. Houve o surgimento de novos programas e cursos e também um sistema de avaliação que garantisse o controle e o aperfeiçoamento da pós-graduação. A Capes elaborou metodologias próprias de avaliação com a participação de membros da comunidade acadêmica como consultores que avaliavam os projetos de solicitação de bolsas.
1978	Criadas as suas metodologias com base em critérios e

	procedimentos sistemáticos realiza-se em 1978 a primeira avaliação, que além de gerar o reconhecimento dos consultores através do Decreto nº 86.816, de janeiro 1982, também explanou a real situação da sua evolução. Nesse período, até o ano de 1997 a classificação na avaliação era feita por meio de uma escala que variava de A a E, sendo que A era o maior valor, esse era o conceito com padrão internacional.
1994	Ainda em 1994 a Capes fez a publicação de um perfil de seus cursos com nota A, foram apresentados juntamente os critérios de avaliação além de uma síntese de procedimentos para cada grande área avaliada.
1997 até os dias atuais	A partir de 1997 a avaliação deu-se por meio de um segundo sistema que adotava uma escala numérica de variáveis 1 a 7, nesse caso o 7 era o topo do padrão. Os programas que receberam nota 1 e 2 não eram autorizados a funcionar e os programas já implantados eram descredenciados. Dessa maneira, a nota mínima para implantação e funcionamento era 3.

Fonte: adaptado de Vogel e Kobashi (2015).

A avaliação no SNPG é uma combinação de parâmetros quantitativos e qualitativos. A quantidade das publicações científicas e a eficácia na formação de mestres e doutores são critérios mantidos desde o início da avaliação. A avaliação é contínua. O curso em funcionamento deve ser avaliado a cada três anos, para verificar se as condições estabelecidas estão sendo alcançadas, caso contrário, pode ocorrer o descredenciamento do curso (VOGEL; KOBASHI, 2015).

Através do SNPG é feito o acompanhamento ao longo do intervalo da avaliação periódica, que ocorre atualmente a cada quatro anos. Nessa atividade, são realizadas visitas por consultores a cursos de mestrados acadêmico e profissional e doutorados, bem como seminários de avaliação da área. São apresentados, também, indicadores de desempenho são feitas análises debates e orientações (CAPES, 2010).

Os parâmetros para avaliação recomendados são escalonados de 3 a 7 e consideram fatores como: produção científica do corpo docente e discente, a estrutura curricular do curso e infraestrutura de pesquisa da instituição. A nota 5 é a que classifica um curso como excelência em nível nacional, já as notas 6 e 7 classifica como excelência em nível internacional. A classificação mínima é 3 e é atribuída a cursos recentes, em instituições sem históricos de pós-graduação. Para haver a implantação e reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* é necessário que haja uma proposta aprovada pelo comitê da Capes (VOGEL; KOBASHI, 2015).

As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a diplomados em nível de graduação superior. O Programa de Pós-Graduação é o conjunto formado pelos cursos de mestrado e/ou doutorado acadêmicos ou de mestrado profissional de uma Instituição de Ensino Superior - IES ou Instituições não detentoras de autonomia universitária (cujos diplomas serão registrados por universidades credenciadas) atuante numa mesma área do

conhecimento - sua área básica - que compartilha essencialmente o mesmo corpo docente e tem uma estrutura administrativa comum.

Programas são divididos em acadêmicos ou profissionais, de acordo com a natureza do(s) curso(s). Os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos visam a formar pesquisadores, sendo o mestrado a via usual para depois se passar ao doutorado. Admite-se, porém, o doutorado direto (RIBEIRO, 2007). As seguintes características fundamentais devem estar presentes nos níveis de curso de mestrado acadêmico e doutorado: ser de natureza acadêmica e de pesquisa e, mesmo quando voltado para setores profissionais, ter objetivo essencialmente científico (CAPES, 2014a).

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Seu objetivo é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas (CAPES, 2014b).

É adequado informar que o MEC, por meio da Portaria nº 389, de 23 de março de 2017, instituiu, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a modalidade de doutorado profissional. Tal modalidade não existia até então no SNPG. De acordo com o artigo 4º da referida portaria, a Capes terá o prazo de 180 dias para regulamentar e disciplinar, por meio de portaria, a oferta, a avaliação e o acompanhamento dos programas de doutorado profissional (BRASIL, 2017).

A Plataforma Sucupira, implantada e gerenciada pela Capes desde 27/03/2014, é uma ferramenta de publicidade para coleta informações, realização de análises e avaliações e base de referência do SNPG. Por meio dessa plataforma, a Capes disponibiliza, em tempo real e buscando transparência, as informações, processos e procedimentos que realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Igualmente, a plataforma propicia a parte gerencial-operacional de processos e busca permitir maior participação das Pró-Reitorias e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação – PPGs. A Plataforma tornou-se a fonte de informações para estabelecimentos de pesquisas, diagnósticos, medidas, prestação de contas (controle interno e externo) e políticas públicas (CAPES, 2017a).

A Capes, cuja preocupação inicial restringia-se à garantia das condições acadêmicas para que os pesquisadores desenvolvessem a sua pesquisa com eficiência passou a estimular o princípio de que os programas de pós-graduação tenham uma maior preocupação com as demandas da sociedade. Com o processo evolutivo da Capes, pode-se notar que os critérios adotados pela avaliação, as recomendações e os conceitos por ela emitidos sobre os cursos sinalizam as direções em que eles devem seguir (CAPES, 2017b). Por meio da mensuração de mecanismos de incentivos, a instituição desenvolve uma pressão continuada para que caminhem no sentido desejado (CAPES, 2010).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca descrever as características dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em funcionamento recomendados pela Capes. Foi efetuada pesquisa bibliográfica em livros e artigos periódicos, e foi efetuada uma pesquisa documental em manuais e outros documentos disponíveis no sítio eletrônico da Capes. Os dados secundários relativos aos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram consultados no período de 23 de março de 2017 a 15 de abril de 2017 por meio da Plataforma Sucupira, citada na introdução e na Seção 2.2 do referencial teórico deste estudo.

A população abrange os programas de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela Capes. A amostra é intencional e os critérios para seleção da amostra foram programas contendo no título o termo 'políticas públicas' e que estavam com situação 'em funcionamento' no período da coleta de dados. A consulta na Plataforma Sucupira levando em conta os referidos critérios permitiu obter 39 programas de pós-graduação *stricto sensu* políticas públicas, os quais integram a amostra deste estudo (Quadro 3).

Quadro 3 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas selecionados para o estudo

Ciclo	Descrição do ciclo
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Univ. Federal do Ceará (UFC)
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS-PPGAPP	Universidade federal do Ceará (UFC)
DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade federal da fronteira sul (UFFS)
DESENVOLVIMENTO REGIONAL AMBIENTE E POL.PÚBLICAS	Universidade federal fluminense (UFF)
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade federal rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade federal de Goiás (UFG)
DIREITO, GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Salvador (UNIFACS)
DIREITO, POL. PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Centro universitário do estado do Pará (CESUPA)
DIREITOS HUMANOS CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade federal da Paraíba/João Pessoa (UFPB/J.P.)
DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	Pontifícia universidade católica do Paraná (PUC/PR)
ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade estadual de Santa Cruz (UESC)
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Fundação Joaquim Nabuco (FJN)
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade de São Paulo
PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca (UNESP/SP)

PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Estadual do Ceará (UECE)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Esc. Super. de Ciência da St. Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO	Universidade Federal do Ceará (UFC)
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Universidade Federal do Ceará (UFC)
POL.PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE	Escola de Governo em Saúde/Diretoria Regional de Brasília FIOCRUZ (EGS/Fiocruz Brasília)
POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRATÉGICAS E DESENVOLVIMENTO	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
POL.PÚBLICAS GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Universidade federal da Paraíba/João pessoa (UFPB/J.P.)
SOCIEDADE, TECNOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL)

Fonte: Adaptado de Capes (2017a).

O tratamento dos dados empregou a estatística descritiva para apresentar os resultados, buscando responder o objetivo do estudo, citado na introdução. Foram empregadas tabelas e figuras para indicar a distribuição em quantidade e em percentual dos cursos por região do país, as universidades às quais os programas estão vinculados e as notas da Capes relativas aos cursos dos programas pós-graduação da amostra. O software usado para a elaboração das tabelas e ilustrações foi o Excel®.

Por fim, para identificar os principais assuntos relacionados à descrição dos programas, foi efetuada uma análise com base em nuvem de palavras, retirando

se o termo ‘políticas públicas’ e mantendo-se os demais termos dos nomes dos programas. O software que deu subsídio à execução desta tarefa foi o tagcrowd, disponível na internet (TAGCROWD, 2017).

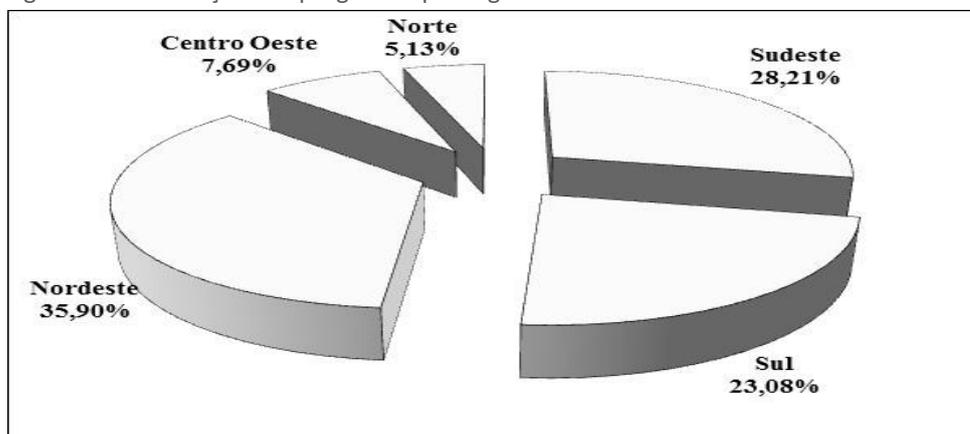
ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos resultados segmenta-se em 5 subseções: distribuição dos programas por região do País, instituições de ensino vinculadas aos programas, assuntos relacionados à descrição dos programas, modalidades dos programas e *ranking* dos cursos por modalidade de programa.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS POR REGIÃO DO PAÍS

Inicialmente, a Figura 1 exibe a distribuição dos 39 programas de pós-graduação *stricto sensu* pelas cinco regiões do País. Nota-se que a região Nordeste possui 35,90% dos programas distribuídos em suas Universidades, seguido das regiões Sudeste e Sul, com 28,21% e 23,08% dos programas Universidades. Por sua vez, as regiões Centro-Oeste e Norte, 7,69% e 5,13%, respectivamente. Constata-se que as regiões Nordeste e Sudeste totalizam 64,00% dos programas de pós-graduação, superando todas as regiões restantes, e como consequência, indicando a maioria dos programas de pós-graduação em políticas públicas de todo o Brasil.

Figura 1 – Distribuição dos programas por região do País



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observação: 100,00% equivale aos 39 programas.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO VINCULADAS AOS PROGRAMAS

A Tabela 1 apresenta as instituições de ensino aos quais os referidos programas de pós-graduação *stricto sensu* estão vinculados. Verifica-se que à Universidade Federal do Ceará vinculam-se 3 (três) programas sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, possuindo (7,69%) do total dos 39 programas em sua totalidade; à Universidade Estadual do Ceará/UECE, vinculam-se 2 (dois) programas sobre Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, possuindo (5,13%); à Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa UFPB/J.P.

estão vinculados 2 (dois) programas: Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, com percentagem e (5,13%) do total. Da mesma forma, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresenta 2 programas que correspondem a (5,13%) dos programas apresentados. Por fim, outras 30 instituições de ensino vinculam-se, cada uma, a 1 (um) programa totalizando 79,62% dos programas de pós-graduação analisados. Essas outras instituições estão citadas no quadro 3, presente na metodologia deste estudo.

Tabela 1 – Quantidade de programas por instituição de ensino

Instituição de Ensino	Quantidade de programas	Participação no total de programas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/CE (UFC)	3	7,69%
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ/CE (UECE)	2	5,13%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA/PB (UFPB/J.P.)	2	5,13%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ (UFRJ)	2	5,13%
OUTRAS UNIVERSIDADES	30	76,92%
TOTAL	39	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Observação: 100,00% equivale aos 39 programas.

ASSUNTOS RELACIONADOS À DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS

A Figura 2 ilustra os principais assuntos relacionados à descrição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em funcionamento. Observa-se que predominam os termos ‘gestão’ e ‘desenvolvimento’. Dessa forma, demonstra-se a vinculação dos programas de pós-graduação em políticas públicas não exclusivamente à área de gestão, associando-se, também, ao desenvolvimento.

Figura 2 – nuvem de palavras-chave contidas nas descrições dos programas vinculados ao tema ‘políticas públicas’



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observação: o maior tamanho das palavras indica a maior ocorrência da palavra nos títulos dos programas de pós-graduação da amostra.

Notam-se que as temáticas da gestão e do desenvolvimento foram citadas no referencial teórico ao tratar a respeito de políticas públicas (FARAH, 2016; SILVA JÚNIOR, 2016). Em complemento, na figura 2 pode-se observar que as descrições dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de políticas públicas vinculam-se, também, a outros assuntos. Isso indica o caráter multidisciplinar dos referidos programas, e está alinhado ao que foi sinalizado por Pires et al. (2014) na introdução e na Seção “políticas públicas” da fundamentação teórica deste estudo, referente ao caráter multidisciplinar do campo de políticas públicas.

MODALIDADES DOS PROGRAMAS

Na Tabela 2, pode-se verificar que os 39 programas de Pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas classificam-se em duas modalidades: ‘Profissional’ e ‘Acadêmico’. Dos programas em funcionamento, nota-se que a modalidade ‘Acadêmico’ vincula-se a 56,41% dos programas e a modalidade ‘Profissional’ associa-se a 43,59% dos programas.

Tabela 2 – Quantidade de programas por modalidades

	Modalidade		Total
	Acadêmico	Profissional	
Quantidade	22	17	39
Percentual	56,41%	43,59%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Observação: A modalidade ‘profissional’ abrange apenas cursos de mestrado. A modalidade ‘acadêmica’ abrange cursos de mestrado e de doutorado.

Na Tabela 3, é detalhada a modalidade ‘Acadêmico’, onde identificam-se 15 dos 22 programas possuem cursos de ‘Mestrado’ (68,18% do total dessa modalidade) e 6 programas apresentam cursos de Mestrado e de Doutorado (27,27% do total dessa modalidade) e apenas 1 programa evidencia apenas curso de nível ‘Doutorado’, correspondendo a (4,55% do total de programas de modalidade ‘acadêmica’).

Tabela 3 – Detalhamento dos programas - Modalidade ‘Acadêmico’

	Apenas de Mestrado	Mestrado e Doutorado	Apenas de Doutorado	Total
Quantidade	15	6	1	22
Percentual	68,18%	27,27%	4,55%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

RANKING DOS CURSOS POR MODALIDADE DE PROGRAMA

A análise e comparação dos *rankings* atribuídos aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* permite destacar, entre os 39 programas, as notas individualizadas dos cursos de Mestrado Acadêmico, Doutorado e Mestrado Profissional (Tabela 4). Considerando o *ranking* dos 17 cursos dos níveis de Mestrado Profissional, em 11 deles (64,71% do total) verifica-se o *ranking* 3 da Capes. Quanto ao *ranking* dos 21 cursos dos níveis de Mestrado Acadêmico, em 14 deles (66,67% do total) apresentam o *ranking* 3 da Capes. Quanto aos 7 cursos de doutorado, 4 deles (57,14% do total) alcançaram notas iguais ou maiores do que 5.

Por fim, as análises da Tabela 4 permitem indicar que a maioria dos cursos de mestrado profissional e acadêmico abrangidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* relacionados a políticas públicas possuem *ranking* 3, ao passo que a maioria dos cursos de doutorado acadêmico possuem *ranking* igual ou superior a 5.

Tabela 4 – Quantidade e percentual dos cursos de cada modalidade segmentado por *ranking*.

Modalidade	Ranking dos Cursos				Total (%)
	3 Qtd (%)	4 Qtd (%)	5 Qtd (%)	6 Qtd (%)	
Mestrado Profissional	11 (64,71)	5 (29,41)	1 (5,88)	0 (0,00)	17 (100,00)
Mestrado Acadêmico	14 (66,67)	3 (14,29)	2 (9,52)	2 (9,52)	21 (100,00)
Doutorado	0 (0,00)	3 (42,86)	2 (28,57)	2 (28,57)	7 (100,00)

Fonte: dados da pesquisa (2017).

Legenda: ‘Qtd’ indica a quantidade de cursos em cada modalidade e ‘%’ equivale a percentual de cursos em cada modalidade.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as características dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas, em funcionamento no País e com recomendação da Capes. A pesquisa é relevante pois contribui para que pesquisadores, estudantes, profissionais da área educacional, universidades, coordenadores de cursos de pós-graduação, a própria Capes, e outras partes interessadas tenham acesso ao levantamento analítico de informações sobre programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em funcionamento no País.

Realizou-se pesquisa descritiva, de natureza bibliográfica e documental. A fundamentação teórica apresentou a temática das Políticas Públicas, o processo evolutivo da atuação da Capes e informações sobre a avaliação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, abordando a disseminação de informações sobre tais programas pela Plataforma Sucupira. Na parte empírica, realizou-se uma análise das informações divulgadas por meio da referida plataforma a respeito de 39 programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas em situação de funcionamento. O tratamento dos dados empregou a estatística descritiva e a técnica de elaboração de nuvem de palavras.

Os principais resultados da estatística descritiva indicaram que os 39 programas não estão distribuídos de maneira uniforme entre as regiões do País. A região Nordeste tem um percentual de 35,90% dos programas distribuídos em suas Universidades seguido da Sudeste, com 28,21% do total. Dessa forma, as regiões Nordeste e Sudeste alcançam um percentual de 64,11% dos programas em funcionamento no Brasil.

Nota-se que dos 39 programas em funcionamento, 30 deles (79,62% do total de programas) vinculam-se, cada um, a uma universidade e 3 programas (7,69% do total) vinculam-se à Universidade Federal do Ceará. Por sua vez, a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal do Paraíba e a Universidade Federal do Rio de Janeiro possuem 2 programas cada (5,13% do total).

Quanto aos principais assuntos relacionados à descrição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em políticas públicas, observou-se que predominaram os termos 'gestão' e 'desenvolvimento'. Dessa forma, demonstra-se a vinculação dos programas de pós-graduação em políticas públicas não exclusivamente à área de gestão, associando-se, também, ao desenvolvimento e, em menor intensidade, a outras áreas. Isso indica o caráter multidisciplinar dos referidos programas no País e está alinhado ao que foi sinalizado por Pires et al. (2014) na introdução e na fundamentação teórica deste estudo, referente ao caráter multidisciplinar do campo de políticas públicas.

Verificou-se que os programas de pós-graduação *stricto sensu* classificam-se em duas modalidades: profissional e acadêmica. Constatou-se que a modalidade 'acadêmica' consta de 56,41% dos programas de pós-graduação analisados, com predomínio de cursos de mestrado. Quanto aos *rankings* dos cursos vinculados aos respectivos programas, apurou-se que 66,67% dos cursos de mestrado acadêmico e 64,71% dos cursos de mestrado profissional possuem *ranking* 3. Por sua vez, 57,14% dos cursos de doutorado possui *ranking* igual ou superior a 5.

Este trabalho trata um tema atual e seus resultados consideram os dados coletados no período de março a maio de 2017. Nesse interstício de tempo o MEC, por meio da Portaria nº 389, de março de 2017, instituiu, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a modalidade de Doutorado Profissional, conforme citado na fundamentação teórica.

Assim, pesquisas futuras poderão investigar as características dos programas de pós-graduação em políticas públicas considerando a possibilidade de ocorrência de doutorado profissional. Como sugestão adicional, pode-se investigar as características de programas de pós-graduação *lato sensu* em políticas públicas em atuação no País. Pode-se, ainda, utilizar os dados disponíveis na Plataforma Sucupira para caracterizar outros programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no País.

Characterization of *stricto sensu* graduate programs in public policies recommended by capes

ABSTRACT

The literature suggests that the field of public policies is multidisciplinary, including the management of these policies. The objective of this study is to investigate the characteristics of the *stricto sensu* postgraduate programs in public policies, functioning in Brazil and recommended by the Foundation for the Coordination and Improvement of Higher Level or Education Personnel - Capes. It is carried out a descriptive research, with a bibliographic and documentary nature. Using the Capes' Sucupira Platform, data were selected from 39 *stricto sensu* postgraduated programs, through searches the term 'Public Policies' in the title of the programs. Data were treated using descriptive statistics and word cloud technique. The main results indicated 35.90% of the programs located in the Northeast, and 79.62% of them linked to an institution. The terms 'management' and 'development' prevailed in the program titles. It was observed that 56.41% of the programs are academic, prevailing masters degree courses. *Ranking 3* of Capes was reached for 66.67% of the academic masters. The study is relevant and contributes to the reflections of those interested in *stricto sensu* postgraduate programs about public policies. In addition, it demonstrates the linkage of programs to management and other areas of knowledge, indicating a multidisciplinary nature of the field of public policies in the country.

KEYWORDS: Public policy. Management. Capes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Antônio. **Entenda o mestrado profissional seus objetivos e equivalência**. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgra-duacao/programas/educacaoprofissoessaude/entenda_mestrado.pdf>. Acesso em: 3/5/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Disponível em:

<<http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/24032017-PORTARIA-No-389-DE-23-DE-MARCO-DE-2017.pdf>>. Acesso em 16/7/2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Mestrado e Doutorado: o que são? Publicado em 1º de abril de 2014a.

Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-e-doutorado-o-que-sao>>. Acesso em 16/7/2017.

_____. **Mestrado Profissional: o que é?** Publicado em 1º de abril de 2014b.

Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em 16/7/2017.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 v. 1**. Brasília, 2010. Disponível em:

<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 02/04/2017.

_____. **Plataforma Sucupira**. 2017a. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em 22/8/2017.

_____. **Relatório de Gestão 2015**. 2016. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Contas_Publicas/2015_Relatorio_de_Gestao.pdf>. Acesso em 28/06/2017.

_____. **Site Institucional**. 2017b. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em 30/3/2017.

CARVALHO, M. de L.; BARBOSA, R. T. da C. G.; SOARES, J. B. S. Implementação de Política Pública: Uma abordagem teórica e crítica. X Colóquio internacional sobre Gestion universitária en América del Sur, 10, 2010, Mar del Plata. **Anais ...** Mar del Plata, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%C7%C3%20DE%20POL%CDTICA%20P%DABLICA%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%D3RICA%20E%20CR.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14/7/2017.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**. Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do 'campo de públicas'. **Revista de Adm. Pública**, v. 50, n. 6, pp.959-979, 2016. **crossref**

PIRES, V. A. et al. Dossiê campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 109-167, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124598>>, acesso em 5/4/2017.

RIBEIRO, R. J. **Mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado**. 2007. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_30_08_07.pdf>. Acesso em 17/7/2017.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Volume 1. Conceitos e Teorias. Instituto de Gestão e Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf> Acesso em 26/4/2017.

SILVA, V. C. da. **Impactos da pós-graduação stricto sensu na formação de professores de português da educação básica: do processo de reflexão às transformações no ensino brasileiro**. Porto Alegre, 2015. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/122345>>. Acesso em 28/6/2017.

SILVA JUNIOR, J. A. da. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: O caso do vale do Ribeira (SP). **Revista de Adm. Pública**, vol.50, n.3, pp.513-527, 2016. **crossref**

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão na literatura. **Sociologias**, ano 8, n 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 05/4/2017.

TAGCROWD. **Create your own word cloud from any text to visualize word frequency**. Disponível em: < <http://www.tagcrowd.com> >. Acesso em 20/3/2017.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Adm. Pública**, p.530-550, 2008.

VARGAS, V. F. de A. **Análise dos programas da Capes de concessão de bolsas de estudos para a formação doutoral no exterior**. Porto Alegre, 2017. 60f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/159518> >. Acesso em 28/6/2017.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. M. Avaliação da Pós-Graduação no Brasil: seus critérios. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015. Disponível em: <

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3124/1150> >. Acesso em 15/7/2017.

WU, Xu, et al. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciamento de processos.** Brasília, 2014. Disponível em:

<<http://www.enap.gov.br/documents/586010/604366/Guia+de+Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+Gerenciando+Processos.pdf/afcf588e-d510-41eb-bfb7-049fcd46f549>> Acesso em: 27/4/2017.

Recebido: 01 dez. 2017

Aprovado: 12 dez. 2017

DOI: 10.3895/gi.v13n4.7451

Como citar:

FERREIRA, R. C.; RAMALO, W. D.; ALVES, C. A. M. Caracterização dos programas de pós-graduação stricto sensu em políticas públicas recomendados pela capes. **R. Gest. Industr.**, Ponta Grossa, v. 13, n. 4, p. 50-69, out./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rqi>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Welandro Damasceno Ramalho

Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco L, lote 06. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

